



SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO

C.N.P.J. 60.975.737/0001-51

18. Ajuste de Exercícios Anteriores: A Entidade contabilizou ajustes de exercícios anteriores decorrentes das seguintes unidades:

Unidade	2017
Hospital Santa Casa de Iltu - Iltu/SP	(45.424,35)
Hospital São José - Balsas/MA	(13.500,00)
Hospital Monsenhor Horta - Mariana/MG	(281.575,64)
Hospital Maternidade Belarmina Monte - São Gonçalo do Amarante/RN	(15.529,38)
Total	(356.039,37)

A entidade efetuou ajustes de exercícios anteriores decorrentes da prática contábil principalmente relacionada às baixas de provisões e ajustes de saldos anteriores relacionados a transição e integração do sistema contábil dos módulos financeiros, incorporado ao Patrimônio Líquido. **19. Aplicações de Recursos:** Os recursos da Entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais de conformidade com o seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas despesas e investimentos patrimoniais. **20. Cobertura de Seguros:** Para atender medidas preventivas a entidade efetua contratação de seguro em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros.

DIRETORIA	
João Batista Gomes de Lima - Presidente	
Antonio Mendes Freitas - Superintendente	
Responsável Técnico: Jair Gomes de Araujo - Contador CRC 12P.639/O-5	

Aos Administradores da **Sociedade Beneficente São Camilo**, São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Sociedade Beneficente São Camilo (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sociedade Beneficente São Camilo, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade Beneficente São Camilo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas com o todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários - Individuais e Consolidado:** Conforme descrito na nota explicativa 12, a Entidade e suas filiais são parte em ações judiciais, decorrentes de sua operação, nas esferas civil, trabalhista e tributária. A mensuração, o reconhecimento contábil como uma provisão e a respectiva divulgação de contingências, relativas a essas ações judiciais, requerem julgamento da Entidade e de seus assessores jurídicos. Mudanças nas premissas utilizadas pela Entidade para exercer esse julgamento significativo, ou mudanças nas condições externas, incluindo o posicionamento das autoridades nos âmbitos cíveis, trabalhistas e tributários, podem impactar significativamente o montante de provisão reconhecido nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a avaliação dos critérios, premissas e dados utilizados pela Entidade para determinar os níveis de inadimplência atentando para políticas de recebimento de créditos de difícil liquidação em comparação com dados históricos, a existência de garantias, e recalculamos o saldo de provisão com base no prazo de atraso das contas a receber. Adicionalmente, analisamos se historicamente as provisões efetuadas pela Companhia tem se materializado e consideramos esse histórico em comparação com as premissas utilizadas pela Entidade para a provisão registrada no período. **Responsabilidades da administração e de governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos de auditoria são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distor-

ção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 23 de março de 2018.

GALLORO & ASSOCIADOS
Auditores Independentes
CRC PJ 2SP005851/O-7

Ana Maria Galloro Laporta
Sócia-Diretora
CRC 1SP 203642/O-6

MULTIMONEY CORRETORA DE CÂMBIO LTDA.

CNPJ(MF) nº 12.586.596/0001-32

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM (Valores em R\$ Mil)			
	NE	31/12/17	31/12/16
ATIVO			
CIRCULANTE		12.373	11.771
Disponibilidades	3,9	9.822	11.198
Outros Créditos	4	2.613	461
Carteira de câmbio		1.562	99
Rendas a receber		140	99
Diversos		911	367
(Provisão p/ outros créditos liq. duvidosa)		13	112
Outros Valores e Bens		13	112
Despesas antecipadas		131	112
NÃO CIRCULANTE		690	714
Realizável a Longo Prazo		11	6
Outros Créditos	8	11	6
Diversos		11	6
IMOBILIZADO DE USO	3,d	670	695
Outras imobilizações de uso (Depreciações acumuladas)		1.289	1.158
(Depreciações acumuladas)		(619)	(463)
Intangível	3,d	9	13
Ativos Intangíveis		355	355
(Amortização acumulada)		(10)	19
TOTAL DO ATIVO		13.063	12.485

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido			
	Capital Realizado	Res. Espec. de Lucros	Prej./Prez. Acumulados
Eventos			
Saldos em 01/07/17	4.532	-	(162)
Divulgação de capital	355	-	355
Lucro liq.(prejuízo) do semestre	-	720	720
Destinações:	-	252	(558)
Juros capital próprio	-	306	(306)
Res. especial de lucros	-	252	(252)
Saldos em 31/12/17	4.887	252	5.139
Mutações do Semestre:	355	252	162
Saldos em 01/07/17	4.532	-	(249)
Aumento de capital	355	-	355
Lucro liq.(prejuízo) do exercício	-	807	807
Destinações:	-	252	(558)
Juros capital próprio	-	306	(306)
Res. especial de lucros	-	252	(252)
Saldos em 31/12/2017	4.887	252	5.139
Saldos em 01/07/17	4.532	-	(249)
Lucro liq.(prejuízo) do exercício	-	777	777
Destinações:	-	300	(300)
Juros capital próprio	-	300	(300)
Saldos em 31/12/18	4.532	-	477
Mutações do Exercício:	-	477	477

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis (R\$ Mil)

1. Contexto Operacional: A Multimoney Corretora de Câmbio Ltda. constituída em 17 de maio de 2010, iniciou suas atividades em 17 de agosto de 2010 e vem operando regularmente no mercado financeiro. Tem por objeto social exclusivo a intermediação de operações de câmbio e a prática de operações no mercado de câmbio. **2. Apresentação das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e apresentadas com as diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil através do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. Estas informações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Corretora em 31 de janeiro de 2018. **3. Resumo das Principais Práticas Contábeis:** a) **Auração de resultado:** Os resultados das operações de compra e venda de títulos e valores mobiliários são apurados por ocasião da contabilização das operações. As demais receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. b) **Estimativas contábeis:** As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas revisadas periodicamente pela Corretora, como a mensuração de provisão para outros créditos de liquidação duvidosa, valorização de determinados instrumentos financeiros, passivos contingentes, avaliação do valor de recuperação de ativos e vida útil de determinado ativo. Os resultados e despesas podem ser diferentes destas estimativas e premissas, devido a variações inerentes ao processo de sua determinação. c) **Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos:** Os títulos e valores mobiliários são classificados nas categorias de acordo com a intenção da administração, em negociação, disponíveis para venda ou para ser vendidos. Os títulos classificados na categoria "para negociação" são apresentados no ativo circulante e avaliados pelo valor de mercado, os classificados na categoria "disponíveis para venda" são avaliados pelo valor de mercado e os classificados na categoria "mantidos até o vencimento" são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos contratuais. Os ajustes ao valor de mercado dos títulos classificados na categoria "para negociação" são contabilizados em contrapartida à conta de receita ou despesa do período. Os ajustes ao valor de mercado dos títulos classificados na categoria "disponíveis para venda" são contabilizados em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos das alterações na vida útil de determinado ativo. Os resultados e despesas para as respectivas contas de resultado do período. d) **Imobilizado de Uso e Intangível:** Imobilizado de Uso: São registrados pelo custo de aquisição e a depreciação foi calculada pelo método linear, com base em dados que levam em consideração a vida útil e econômica dos bens, sendo de 20% a.a. no Sistema de Processamento de Dados, de 10 a 12 anos para o restante de 10% a.a. para as demais contas. Intangível: são registrados os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Instituição, ou exercícios com essa finalidade. São representados por softwares, registrados pelo custo de aquisição e amortizados pelo método linear, com base na vida útil estimada e segundo parâmetros e taxas estabelecidas pela legislação tributária à taxa de 20% a.a. e) **Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social:** A provisão para o imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de

Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Contábeis

São Paulo, 19 de abril de 2018. Ilmos. Senhores Diretores e Cotistas da **Multimoney Corretora de Câmbio Ltda.**, São Paulo/SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Multimoney Corretora de Câmbio Ltda.** ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Multimoney Corretora de Câmbio Ltda.**, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à "Instituição", de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da "Instituição" é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demons-

Demonstração dos Resultados			
	2ºSem/17	31/12/17	31/12/16
Receitas de Intermediação Financeira	15.549	28.943	24.282
Resultado com instr. financ. derivativos	(75)	(19)	52
Resultado de operações de câmbio	15.574	28.962	24.292
Despesas da Intermediação Financeira	-	5	(3)
Provisão p/ créditos de liquid. duvidosa	-	5	(3)
Res. Bruto da Intermediação Financeira	15.549	28.948	24.279
Outras Receitas/Despesas Operacion.	(14.490)	(27.727)	(23.158)
Resultado de prestação de serviços	1.313	2.549	925
Despesas de despesas operacionais	(5.262)	(10.343)	(9.754)
Outras despesas administrativas	(9.316)	(17.900)	(14.575)
Despesas tributárias	(913)	(1.738)	(1.467)
Outras receitas operacionais	156	229	203
Outras despesas operacionais	(468)	(524)	(89)
Resultado Operacional	1.059	1.221	1.123
Resultado não Operacional	-	-	12
Res. Antes da Trib. s/o Lucro e Particíp.	1.059	1.221	1.135
Imposto de Renda e Contrib. Social	(339)	(414)	(358)
Provisão para imposto de renda	(181)	(217)	(186)
Resultado líquido	(158)	(202)	(292)
Lucro Líquido (Prej.) do Exercício/Sem.	720	807	777
Juros de Capital Próprio	(906)	(906)	(900)
Nº de Cotas	4.886.600	4.886.600	4.531.600
Lucro/Prejuízo por cota	0,15	0,17	0,17
Demonstração do Resultado Abrangente	720	807	777
Resultado de Lucro e Exercício	720	807	777
Resultado Abrangente Total	720	807	777

Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo Método Indireto			
	2ºSem/17	31/12/17	31/12/16
Fluxos de caixa ativid. operacionais	720	807	777
Lucro líquido/(prej.) semestre/exercício	720	807	777
Depreciações e amortizações	78	160	155
Provisão p/ créditos de liquid. duvidosa	339	414	358
Provisão de impostos no resultado	1.137	1.381	1.293
Varição de Ativos e Obrigações	(2.158)	(2.868)	4.902
(Aumento) redução de outros créditos	(1.660)	(2.141)	2.294
(Aum.)redução de outros valores e bens	(112)	(19)	19
(Aumento) redução de outros valores e bens	(99)	(131)	209
Aumento/(redução) em outras obrigações	(189)	59	435
Caixa liq. prov. das ativid. operacionais	(1.021)	(1.487)	6.195
Fluxos de caixa ativid. de investimento	-	-	11
Alienação de: Imobilizado de uso	(99)	(131)	209
Caixa liq. usado ativid. de investimento	(99)	(131)	(209)
Fluxos de caixa ativid. de financiamento	355	355	-
Recebimento pela integralização de capital	355	355	-
Pagamento de juros de capital próprio	(306)	(306)	(300)
Caixa liq. usado ativid. de financ.	(407)	49	(900)
Caixa e equivalentes de caixa	(1.071)	(1.589)	5.588
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	10.700	11.198	5.582
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	9.629	9.629	11.198

depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes dessas provisões são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos. **8.2. Passivos contingentes:** Em 31/12/2017, existiam processos judiciais cuja avaliação de risco efetuada pelos assessores legais foi de risco possível. O passivo contingente é incerto e depende de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos, assim sendo não foram provisionados os processos de risco possível, que estavam avaliados pelos advogados no montante de R\$ 24 (R\$ 55 em 2016). **9. Gerenciamento da Estrutura de Capital:** Visando o atendimento à Resolução 3.988 de 30/06/2011 do Banco Central do Brasil, a Instituição, adotou uma política de gerenciamento de capital que constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que asseguram a adequação e a capitalização da Instituição. A Instituição desenvolveu um plano de seus consultores legais externos. **8.2. Passivos contingentes:** Em 31/12/2017, existiam processos judiciais cuja avaliação de risco efetuada pelos assessores legais foi de risco possível. O passivo contingente é incerto e depende de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos, assim sendo não foram provisionados os processos de risco possível, que estavam avaliados pelos advogados no montante de R\$ 24 (R\$ 55 em 2016). **9. Gerenciamento da Estrutura de Capital:** Visando o atendimento à Resolução 3.988 de 30/06/2011 do Banco Central do Brasil, a Instituição, adotou uma política de gerenciamento de capital que constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que asseguram a adequação e a capitalização da Instituição. A Instituição desenvolveu um plano de seus consultores legais externos. **8.2. Passivos contingentes:** Em 31/12/2017, existiam processos judiciais cuja avaliação de risco efetuada pelos assessores legais foi de risco possível. O passivo contingente é incerto e depende de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos, assim sendo não foram provisionados os processos de risco possível, que estavam avaliados pelos advogados no montante de R\$ 24 (R\$ 55 em 2016). **9. Gerenciamento da Estrutura de Capital:** Visando o atendimento à Resolução 3.988 de 30/06/2011 do Banco Central do Brasil, a Instituição, adotou uma política de gerenciamento de capital que constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que asseguram a adequação e a capitalização da Instituição. A Instituição desenvolveu um plano de seus consultores legais externos. **8.2. Passivos contingentes:** Em 31/12/2017, existiam processos judiciais cuja avaliação de risco efetuada pelos assessores legais foi de risco possível. O passivo contingente é incerto e depende de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos, assim sendo não foram provisionados os processos de risco possível, que estavam avaliados pelos advogados no montante de R\$ 24 (R\$ 55 em 2016). **9. Gerenciamento da Estrutura de Capital:** Visando o atendimento à Resolução 3.988 de 30/06/2011 do Banco Central do Brasil, a Instituição, adotou uma política de gerenciamento de capital que constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que asseguram a adequação e a capitalização da Instituição. A Instituição desenvolveu um plano de seus consultores legais externos. **8.2. Passivos contingentes:** Em 31/12/2017, existiam processos judiciais cuja avaliação de risco efetuada pelos assessores legais foi de risco possível. O passivo contingente é incerto e depende de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos, assim sendo não foram provisionados os processos de risco possível, que estavam avaliados pelos advogados no montante de R\$ 24 (R\$ 55 em 2016). **9. Gerenciamento da Estrutura de Capital:** Visando o atendimento à Resolução 3.988 de 30/06/2011 do Banco Central do Brasil, a Instituição, adotou uma política de gerenciamento de capital que constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que asseguram a adequação e a capitalização da Instituição. A Instituição desenvolveu um plano de seus consultores legais externos. **8.2. Passivos contingentes:** Em 31/12/2017, existiam processos judiciais cuja avaliação de risco efetuada pelos assessores legais foi de risco possível. O passivo contingente é incerto e depende de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos, assim sendo não foram provisionados os processos de risco possível, que estavam avaliados pelos advogados no montante de R\$ 24 (R\$ 55 em 2016). **9. Gerenciamento da Estrutura de Capital:** Visando o atendimento à Resolução 3.988 de 30/06/2011 do Banco Central do Brasil, a Instituição, adotou uma política de gerenciamento de capital que constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que asseguram a adequação e a capitalização da Instituição. A Instituição desenvolveu um plano de seus consultores legais externos. **8.2. Passivos contingentes:** Em 31/12/2017, existiam processos judiciais cuja avaliação de risco efetuada pelos assessores legais foi de risco possível. O passivo contingente é incerto e depende de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos, assim sendo não foram provisionados os processos de risco possível, que estavam avaliados pelos advogados no montante de R\$ 24 (R\$ 55 em 2016). **9. Gerenciamento da Estrutura de Capital:** Visando o atendimento à Resolução 3.988 de 30/06/2011 do Banco Central do Brasil, a Instituição, adotou uma política de gerenciamento de capital que constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que asseguram a adequação e a capitalização da Instituição. A Instituição desenvolveu um plano de seus consultores legais externos. **8.2. Passivos contingentes:** Em 31/12/2017, existiam processos judiciais cuja avaliação de risco efetuada pelos assessores legais foi de risco possível. O passivo contingente é incerto e depende de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos, assim sendo não foram provisionados os processos de risco possível, que estavam avaliados pelos advogados no montante de R\$ 24 (R\$ 55 em 2016). **9. Gerenciamento da Estrutura de Capital:** Visando o atendimento à Resolução 3.988 de 30/06/2011 do Banco Central do Brasil, a Instituição, adotou uma política de gerenciamento de capital que constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que asseguram a adequação e a capitalização da Instituição. A Instituição desenvolveu um plano de seus consultores legais externos. **8.2. Passivos contingentes:** Em 31/12/2017, existiam processos judiciais cuja avaliação de risco efetuada pelos assessores legais foi de risco possível. O passivo contingente é incerto e depende de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos, assim sendo não foram provisionados os processos de risco possível, que estavam avaliados pelos advogados no montante de R\$ 24 (R\$ 55 em 2016). **9. Gerenciamento da Estrutura de Capital:** Visando o atendimento à Resolução 3.988 de 30/06/2011 do Banco Central do Brasil, a Instituição, adotou uma política de gerenciamento de capital que constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que asseguram a adequação e a capitalização da Instituição. A Instituição desenvolveu um plano de seus consultores legais externos. **8.2. Passivos contingentes:** Em 31/12/2017, existiam processos judiciais cuja avaliação de risco efetuada pelos assessores legais foi de risco possível. O passivo contingente é incerto e depende de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos, assim sendo não foram provisionados os processos de risco possível, que estavam avaliados pelos advogados no montante de R\$ 24 (R\$ 55 em 2016). **9. Gerenciamento da Estrutura de Capital:** Visando o atendimento à Resolução 3.988 de 30/06/2011 do Banco Central do Brasil, a Instituição, adotou uma política de gerenciamento de capital que constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que asseguram a adequação e a capitalização da Instituição. A Instituição desenvolveu um plano de seus consultores legais externos. **8.2. Passivos contingentes:** Em 31/12/2017, existiam processos judiciais cuja avaliação de risco efetuada pelos assessores legais foi de risco possível. O passivo contingente é incerto e depende de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos, assim sendo não foram provisionados os processos de risco possível, que estavam avaliados pelos advogados no montante de R\$ 24 (R\$ 55 em 2016). **9. Gerenciamento da Estrutura de Capital:** Visando o atendimento à Resolução 3.988 de 30/06/2011 do Banco Central do Brasil, a Instituição, adotou uma política de gerenciamento de capital que constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que asseguram a adequação e a capitalização da Instituição. A Instituição desenvolveu um plano de seus consultores legais externos. **8.2. Passivos contingentes:** Em 31/12/2017, existiam processos judiciais cuja avaliação de risco efetuada pelos assessores legais foi de risco possível. O passivo contingente é incerto e depende de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos, assim sendo não foram provisionados os processos de risco possível, que estavam avaliados pelos advogados no montante de R\$ 24 (R\$ 55 em 2016). **9. Gerenciamento da Estrutura de Capital:** Visando o atendimento à Resolução 3.988 de 30/06/2011 do Banco Central do Brasil, a Instituição, adotou uma política de gerenciamento de capital que constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que asseguram a adequação e a capitalização da Instituição. A Instituição desenvolveu um plano de seus consultores legais externos. **8.2. Passivos contingentes:** Em 31/12/2017, existiam processos judiciais cuja avaliação de risco efetuada pelos assessores legais foi de risco possível. O passivo contingente é incerto e depende de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos, assim sendo não foram provisionados os processos de risco possível, que estavam avaliados pelos advogados no montante de R\$ 24 (R\$ 55 em 2016). **9. Gerenciamento da Estrutura de Capital:** Visando o atendimento à Resolução 3.988 de 30/06/2011 do Banco Central do Brasil, a Instituição, adotou uma política de gerenciamento de capital que constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que asseguram a adequação e a capitalização da Instituição. A Instituição desenvolveu um plano de seus consultores legais externos. **8.2. Passivos contingentes:** Em 31/12/2017, existiam processos judiciais cuja avaliação de risco efetuada pelos assessores legais foi de risco possível. O passivo contingente é incerto e depende de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos, assim sendo não foram provisionados os processos de risco possível, que estavam avaliados pelos advogados no montante de R\$ 24 (R\$ 55 em 2016). **9. Gerenciamento da Estrutura de Capital:** Visando o atendimento à Resolução 3.988 de 30/06/2011 do Banco Central do Brasil, a Instituição, adotou uma política de gerenciamento de capital que constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que asseguram a